



C A P Í T U L O 2

A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ NO ENFRENTAMENTO AOS CRIMES AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.680112610022>

Carla Daniele Baia de Souza

Igo André Nogueira de Oliveira Gomes

João de Souza Lima

RESUMO: O presente estudo analisa a atuação da Polícia Militar do Pará (PMPA) no enfrentamento aos crimes ambientais na Amazônia brasileira, considerando a crescente complexidade das ameaças ambientais e sua interface com a segurança pública. Partindo do problema da efetividade das ações policiais diante da expansão de atividades ilícitas, a pesquisa tem como objetivo geral examinar as estratégias operacionais, os desafios institucionais e os resultados da atuação da PMPA no combate a crimes como o desmatamento ilegal, a extração clandestina de madeira, o garimpo ilegal, os crimes contra a fauna e a pesca predatória. Metodologicamente, o estudo adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo-analítico, com base em análise documental, legislação pertinente e literatura especializada. Os resultados indicam que a PMPA desempenha papel relevante no sistema de segurança pública ambiental, por meio de unidades especializadas, operações integradas e uso de tecnologias aplicadas à fiscalização e à inteligência policial. Entretanto, persistem desafios significativos, relacionados às limitações logísticas impostas pela extensão territorial amazônica, à escassez de recursos humanos e materiais, à atuação de organizações criminosas e às fragilidades na articulação interinstitucional. Conclui-se que, embora a atuação da PMPA seja fundamental para a proteção ambiental e a ordem pública, o fortalecimento das políticas públicas, da cooperação institucional e da capacidade operacional é essencial para ampliar a efetividade do enfrentamento aos crimes ambientais na Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: crimes ambientais; Amazônia brasileira; segurança pública; Polícia Militar do Pará; policiamento ambiental.

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira constitui um dos mais importantes patrimônios ambientais do planeta, desempenhando papel estratégico na regulação climática global, na conservação da biodiversidade e na manutenção dos modos de vida de populações tradicionais. Contudo, nas últimas décadas, a região tem sido marcada pela intensificação de crimes ambientais, tais como o desmatamento ilegal, a exploração clandestina de recursos florestais, o garimpo ilegal, a pesca predatória e os crimes contra a fauna silvestre. Essas práticas ilícitas estão frequentemente associadas à criminalidade organizada, à violência e a conflitos socioambientais, configurando-se como relevante problema de segurança pública (INPE, 2024; MAPBIOMAS, 2024; UNODC, 2023; BRASIL, 2025).

Nesse contexto, a segurança pública ambiental emerge como dimensão fundamental das políticas estatais de proteção do meio ambiente. A atuação das forças policiais, especialmente das polícias militares estaduais, assume papel central no policiamento ostensivo e na repressão imediata a ilícitos ambientais, sobretudo em territórios de grande extensão e difícil acesso, como a Amazônia (BRASIL, 2025). A PMPA, inserida em um dos estados que concentram elevados índices de degradação ambiental, destaca-se como ator institucional estratégico no enfrentamento desses crimes (AGÊNCIA PA, 2025).

Amparada pela Constituição Federal, pela legislação ambiental brasileira e por normas estaduais específicas, a PMPA integra o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e desenvolve ações voltadas à prevenção e repressão qualificada dos crimes ambientais. Sua atuação envolve unidades especializadas, operações integradas com órgãos ambientais e o emprego de diferentes modalidades de policiamento, incluindo ações fluviais, terrestres e aéreas, além do uso de tecnologias aplicadas à fiscalização e à inteligência policial (PARÁ).

Apesar dos avanços institucionais, a efetividade da atuação policial ambiental enfrenta desafios significativos. A vasta extensão territorial amazônica, as limitações logísticas e orçamentárias, a escassez de recursos humanos, bem como a presença de organizações criminosas armadas, impõem obstáculos à ação estatal. Ademais, fragilidades na articulação interinstitucional e os limites da atuação policial frente à complexidade dos crimes ambientais demandam análises críticas e aprofundadas (BRASIL, 2025).

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar a atuação da Polícia Militar do Pará no enfrentamento aos crimes ambientais na Amazônia brasileira,

examinando suas estratégias operacionais, os principais desafios enfrentados e os resultados alcançados no âmbito da segurança pública ambiental. Ao contribuir para o debate acadêmico, o estudo busca ampliar a compreensão sobre o papel das instituições policiais na proteção ambiental e subsidiar reflexões voltadas ao aprimoramento das políticas públicas de segurança e meio ambiente.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-analítico, com o objetivo de examinar a atuação da PMPA no enfrentamento aos crimes ambientais na Amazônia brasileira. A pesquisa fundamenta-se na análise de documentos oficiais, registros institucionais e materiais normativos, utilizando predominantemente fontes secundárias disponibilizadas por órgãos governamentais e instituições públicas, abrangendo o período de 2020 a 2024.

A opção por essa abordagem metodológica possibilita mapear a estrutura operacional do policiamento ambiental no Estado do Pará, bem como compreender as estratégias adotadas, os desafios enfrentados e os resultados alcançados no âmbito da segurança pública ambiental. A análise é orientada por referenciais teóricos que reconhecem a interdependência entre proteção ambiental, segurança pública e governança territorial, especialmente em contextos marcados pela atuação de atividades ilícitas e criminalidade organizada.

Foram analisados diversos tipos de materiais, incluindo relatórios técnicos, boletins estatísticos, portarias normativas, planos operacionais, notícias veiculadas em canais institucionais e painéis de monitoramento de dados ambientais. Esses documentos foram coletados junto a instituições como a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), a Polícia Militar do Pará, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O processo investigativo buscou identificar as principais tipologias de crimes ambientais enfrentadas pela PMPA, os modelos de policiamento ambiental empregados, as estratégias operacionais adotadas — incluindo ações preventivas, repressivas e operações integradas —, bem como os desafios logísticos, institucionais e operacionais inerentes à atuação policial na região amazônica.

A análise concentrou-se, especialmente, nas ações desenvolvidas por unidades especializadas de policiamento ambiental e em operações interinstitucionais realizadas em áreas de maior vulnerabilidade socioambiental. O cruzamento das informações obtidas permitiu traçar um panorama crítico da atuação da PMPA no

combate aos crimes ambientais, evidenciando avanços institucionais, boas práticas e limitações estruturais que ainda demandam aprimoramento.

Essa abordagem metodológica possibilita uma compreensão abrangente do fenômeno estudado, oferecendo subsídios para a avaliação das políticas públicas de segurança ambiental e para a proposição de estratégias voltadas ao fortalecimento da atuação policial e da cooperação interinstitucional. A seleção criteriosa das fontes assegurou a confiabilidade dos dados analisados, enquanto o recorte temporal adotado permitiu captar as transformações mais recentes na dinâmica dos crimes ambientais e das respostas institucionais no Estado do Pará.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Crimes Ambientais na Amazônia Brasileira

Os crimes ambientais na Amazônia brasileira constituem um fenômeno complexo e multifacetado, abrangendo diversas tipologias, tais como o desmatamento ilegal, a extração clandestina de madeira, a mineração e o garimpo ilegal, bem como os crimes contra a fauna silvestre e a prática da pesca predatória. Essas atividades ilícitas estão, em grande medida, associadas à criminalidade organizada, inserindo-se em cadeias econômicas ilegais que potencializam seus impactos e dificultam a ação do Estado (SEMAS Pará).

Os efeitos decorrentes desses crimes são profundos e multidimensionais, refletindo-se na degradação dos ecossistemas, na perda da biodiversidade, no agravamento de conflitos fundiários e no aumento da violência em áreas rurais e de fronteira. Ademais, tais práticas geram prejuízos econômicos e sociais às comunidades locais, especialmente àquelas que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência, comprometendo estratégias de desenvolvimento sustentável e de governança territorial (SEMAS Pará).

No Estado do Pará, esse cenário assume especial relevância em razão de sua vasta extensão territorial, da presença de áreas de difícil acesso e da atuação de organizações criminosas estruturadas. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontam que, em 2024, houve uma redução de 28,4% nos índices de desmatamento, com a área devastada diminuindo de 3.299 km² para 2.362 km². Tal resultado está diretamente relacionado à intensificação das ações estatais de comando e controle, especialmente por meio de operações integradas de combate aos crimes ambientais, como as operações Curupira e Amazônia Viva (SEMAS Pará).

Essas operações resultaram no embargo de mais de 37 mil hectares utilizados para atividades ilegais, no fechamento de garimpos clandestinos, na destruição de

acampamentos irregulares e na apreensão de maquinários e produtos florestais. Inseridas no eixo de Comando e Controle do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), tais iniciativas articulam fiscalização rigorosa com políticas voltadas à promoção de alternativas econômicas sustentáveis, buscando conciliar a repressão aos ilícitos ambientais com a redução das pressões sobre a floresta (SEMAS Pará).

A atuação repressiva é coordenada por órgãos como a SEMAS e a SEGUP, contando com a participação integrada das forças de segurança, entre elas a Polícia Militar do Pará. Essa articulação amplia a capacidade de intervenção do Estado em áreas críticas de desmatamento, como os municípios de São Félix do Xingu, Uruará e Novo Progresso, fortalecendo a presença institucional em territórios historicamente vulneráveis (AGÊNCIA PARÁ, 2024).

Paralelamente às ações de fiscalização e repressão, observa-se a adoção de uma abordagem integrada que busca induzir mudanças nos padrões produtivos locais. Programas como o Plano de Recuperação da Vegetação Nativa (PRVN-PA), o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis e o Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio) reforçam a compreensão de que o enfrentamento aos crimes ambientais deve estar associado à geração de alternativas econômicas de baixa emissão de carbono, capazes de reduzir a reincidência das práticas ilegais (PARÁ, 2024).

Dessa forma, o combate aos crimes ambientais na Amazônia brasileira, especialmente no contexto paraense, evidencia que a redução dos índices de desmatamento depende da conjugação entre ações repressivas eficazes, fortalecimento da fiscalização ambiental e implementação de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento sustentável. Essa integração reafirma o papel estratégico da segurança pública ambiental como instrumento essencial para a proteção da Amazônia e para a consolidação de um modelo de governança territorial mais equilibrado e sustentável (PARÁ, 2024).

Desmatamento: atuação integrada da Polícia Militar do Pará contribui para a maior redução registrada entre os estados da Amazônia Legal em 2025.

A preservação ambiental tem assumido centralidade nas políticas públicas do Estado do Pará, especialmente no que concerne ao enfrentamento do desmatamento na Amazônia Legal. Dados do Programa de Monitoramento do Desmatamento da Amazônia Legal (PRODES), do INPE, indicam que, em 2025, o Pará registrou a maior redução absoluta de desmatamento entre os estados da região, consolidando-se como protagonista na diminuição da supressão florestal no bioma amazônico. No período compreendido entre 1º de agosto de 2024 e 31 de julho de 2025, observou-se uma redução de 297 km² nas áreas desmatadas, com o total passando de 2.395

km² em 2024 para 2.098 km² em 2025, o que representa uma queda de 12,4% em relação ao ano anterior e uma expressiva redução de 60% quando comparada aos índices de 2021, quando o desmatamento atingiu 5.238 km² (AGÊNCIA PARÁ).

Esse desempenho contribuiu de forma decisiva para a redução global de 11,08% do desmatamento na Amazônia Legal no mesmo período, evidenciando o peso da atuação do Estado do Pará no cenário regional. Os avanços observados estão diretamente associados à adoção de uma estratégia integrada de preservação ambiental, que articula ações de comando e controle, uso intensivo de tecnologias de monitoramento, regularização ambiental e incentivo à bioeconomia. O fortalecimento do monitoramento em tempo real, em parceria com instituições como o INPE e o IBAMA, tem possibilitado maior agilidade na identificação de áreas críticas e na repressão ao desmatamento ilegal, especialmente por meio de operações estruturantes como a Curupira e a Amazônia Viva (AGÊNCIA PARÁ).

Nesse contexto, destaca-se a atuação integrada da PMPA, particularmente no âmbito da Operação Curupira, concebida como uma estratégia de comando e controle ambiental baseada na articulação entre os órgãos de segurança pública e as instituições ambientais estaduais. Inserida no escopo do Decreto Estadual nº 2.887/2023, que declarou estado de emergência ambiental em municípios considerados críticos, a operação tem como objetivo ampliar a presença do Estado em territórios vulneráveis ao avanço do desmatamento ilegal e de outros ilícitos ambientais, fortalecendo a capacidade de resposta do poder público (PMPA 2023).

A PMPA atua de forma especializada por meio de seus batalhões de Policiamento Ambiental, Operações Especiais e Choque, desempenhando funções que abrangem desde a fiscalização ostensiva até ações preventivas e repressivas qualificadas. Essa atuação ocorre de maneira articulada com outros órgãos do sistema de segurança pública e da gestão ambiental, possibilitando intervenções simultâneas terrestres e aéreas, o embargo de áreas degradadas, a apreensão de equipamentos utilizados em atividades ilegais e a responsabilização dos infratores (AGÊNCIA PARÁ, 2024; PMPA, 2025; SEGUP, 2025).

A instalação de bases fixas em municípios estratégicos, como São Félix do Xingu, Uruará e Novo Progresso, reforça a lógica de presença permanente do Estado, permitindo a execução de ações continuadas de curto, médio e longo prazo. Ademais, o investimento em capacitação profissional dos policiais militares evidencia a preocupação institucional com a qualificação técnica necessária para o enfrentamento de crimes ambientais complexos, como o desmatamento ilegal e o garimpo irregular (SEMAS, 2024; PMPA, 2025; ARAÚJO et al., 2025).

Para além da dimensão repressiva, a política ambiental estadual tem buscado promover a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável, valorizando

práticas produtivas legais e de baixa emissão de carbono. O incentivo à bioeconomia e a consolidação de instrumentos de planejamento ambiental refletem a compreensão de que a preservação da floresta deve estar associada à geração de oportunidades econômicas e à inclusão social das populações locais (PARÁ, 2024)..

Dessa forma, a redução histórica do desmatamento no Pará reafirma a importância de políticas públicas integradas para a proteção da Amazônia, especialmente em um cenário de crescente atenção internacional às mudanças climáticas. A Operação Curupira, nesse sentido, exemplifica o papel da Polícia Militar como agente fundamental da segurança pública ambiental, contribuindo não apenas para a repressão imediata dos ilícitos, mas também para a consolidação de políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio ambiental amazônico e à redução sustentada dos índices de desmatamento no Estado do Pará (PMPA, 2025).

Extrativismo ilegal de madeira: a Operação Amazônia Viva como estratégia de combate à exploração florestal irregular no Pará.

A Operação Amazônia Viva configura-se como uma estratégia central no enfrentamento ao desmatamento ilegal e à exploração irregular de recursos florestais no Estado do Pará. Coordenada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), a operação é desenvolvida de forma integrada com os órgãos que compõem o Sistema Integrado de Segurança Pública, destacando-se a participação da Polícia Militar do Pará, por meio do Comando de Policiamento Ambiental (CPA), além do Corpo de Bombeiros Militar e demais instituições estaduais (PMPA 2025).

No âmbito dessa operação, foi desarticulado um acampamento clandestino de extração ilegal de madeira no município de Goianésia, localizado no sudeste paraense. A ação resultou de atividades de monitoramento e fiscalização em áreas previamente identificadas como críticas, evidenciando o uso de inteligência ambiental e planejamento operacional. As equipes deslocaram-se do município de Dom Eliseu até a área fiscalizada, percorrendo aproximadamente 200 quilômetros, o que revela os desafios logísticos inerentes às ações de fiscalização ambiental em regiões de grande extensão territorial (PMPA 2025).

Durante a incursão, foi identificado um acampamento instalado às margens de um curso d'água, contendo vestimentas, utensílios domésticos e motocicletas ocultadas na vegetação, caracterizando a estrutura de apoio à exploração ilegal. O local foi inutilizado para impedir a continuidade das atividades ilícitas. Em prosseguimento à ação, a fiscalização identificou pátios antigos com toras de madeira já exploradas, extensas áreas de vegetação nativa suprimida e um trator carregadeira ocultado em um ramal da propriedade (PMPA 2025).

O maquinário foi apreendido e inutilizado mecanicamente pelo Corpo de Bombeiros Militar, seguindo protocolos de segurança e de destinação ambientalmente adequada, com a remoção correta de componentes potencialmente poluentes. Não houve a localização de responsáveis no momento da operação, situação recorrente em ações dessa natureza, o que evidencia a mobilidade e a evasão dos envolvidos em crimes ambientais (PMPA 2025).

A Operação Amazônia Viva encontra-se em sua 60ª fase, tendo sido iniciada em junho de 2020. Realizada em outubro de 2025, consolidou-se como uma das principais ações integradas de enfrentamento aos crimes ambientais no Pará, com atuação concentrada em municípios estratégicos como Pacajá e Santarém. A operação contou com a participação da Polícia Militar do Pará, por meio do Comando de Policiamento Ambiental, além da Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Científica, Grupamento Aéreo de Segurança Pública (Graesp) e apoio da SEMAS, possibilitando ações terrestres e aéreas articuladas. Entre seus objetivos centrais estiveram a intensificação da fiscalização ambiental, o combate ao desmatamento ilegal, ao garimpo clandestino e às queimadas, bem como a responsabilização administrativa e penal dos infratores. O planejamento estratégico da fase foi baseado em dados de monitoramento por satélite e em reuniões interinstitucionais prévias, reforçando a lógica de atuação preventiva e repressiva qualificada, além de evidenciar o papel estruturante da PMPA na segurança pública ambiental e na proteção do patrimônio natural amazônico (PMPA, 2025).

Dessa forma, a atuação integrada da Polícia Militar do Pará, em articulação com os demais órgãos de segurança pública e ambientais, evidencia a relevância das operações interinstitucionais no enfrentamento aos crimes ambientais. Tais ações reforçam o papel da segurança pública ambiental na proteção do patrimônio natural do Pará e na efetivação das políticas públicas voltadas à preservação da Amazônia.

Garimpo ilegal: atuação integrada das forças de segurança pública e órgãos ambientais no enfrentamento aos crimes ambientais no Estado do Pará

A intensificação das ações de combate aos crimes ambientais no Estado do Pará tem se consolidado por meio de operações integradas que articulam órgãos ambientais e forças de segurança pública. Nesse contexto, a Operação São Benedito destacou-se pelo enfrentamento direto ao garimpo ilegal no sudoeste paraense, especialmente no município de Jacareacanga, em áreas de proteção ambiental e no leito do Rio São Manoel. A ação, coordenada pela SEMAS e pela SEGUP, teve como objetivo desarticular estruturas criminosas voltadas à extração ilegal de

ouro, evidenciando a atuação estatal em territórios sensíveis do ponto de vista socioambiental. (Agência Pará, 2025).

A operação ocorreu no interior do Refúgio de Vida Silvestre Rios São Benedito e Azul, unidade de conservação de proteção integral, resultando na apreensão e inutilização de embarcações utilizadas na atividade garimpeira, bem como na destruição de acampamentos e de um estaleiro clandestino instalado no interior da área protegida. Além das ações repressivas imediatas, foram lavrados termos administrativos, instaurados procedimentos investigativos e apreendidos insumos estratégicos utilizados na mineração ilegal, o que contribui para o enfraquecimento das cadeias logísticas associadas a esse tipo de crime ambiental. (Agência Pará, 2025).

Paralelamente, a Operação Amazônia Viva, em sua Fase 60, reafirma a estratégia de presença permanente do Estado em áreas críticas ao desmatamento e ao garimpo ilegal. O alinhamento prévio entre a Polícia Militar do Pará, por meio do Comando de Policiamento Ambiental (CPA), a SEMAS e demais órgãos de segurança pública evidencia o planejamento integrado das ações, abrangendo definição de efetivo, logística operacional e estratégias de fiscalização ambiental nos municípios de Pacajá e Santarém. Tal articulação garante maior segurança aos fiscais ambientais e maior efetividade nas ações de monitoramento, apreensão e responsabilização dos infratores. (PMPA, 2025).

Criada em 2020, a Operação Amazônia Viva constitui uma das principais políticas estaduais de comando e controle ambiental, integrada ao Plano Estadual Amazônia Agora. Baseada em informações do Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (Cimam), que utiliza imagens de satélite para identificação de áreas críticas, a operação possibilita respostas rápidas por meio de ações móveis e bases fixas. Desde sua implementação, a iniciativa tem resultado no embargo de extensas áreas desmatadas, na desarticulação de garimpos clandestinos e na apreensão de madeira e maquinário pesado, reforçando o papel da Polícia Militar como ator central da segurança pública ambiental no Pará. (PMPA, 2025).

Pesca predatória na Amazônia paraense: a atuação da Polícia Militar do Pará no enfrentamento aos crimes ambientais aquáticos

A pesca predatória configura-se como uma das principais ameaças aos ecossistemas aquáticos da Amazônia, caracterizando-se pela exploração ilegal e desordenada dos recursos pesqueiros, em desacordo com a legislação ambiental vigente. Entre as práticas mais recorrentes destacam-se o uso de apetrechos proibidos, a captura de espécies ameaçadas ou abaixo do tamanho permitido, o desrespeito aos períodos de defeso e a atuação em áreas de preservação permanente. Tais condutas comprometem a sustentabilidade da ictiofauna, afetam o equilíbrio

ecológico dos rios amazônicos e impactam diretamente a segurança alimentar e os modos de vida das populações ribeirinhas e tradicionais (IBAMA, 2023; INPE, 2024; MAPBIOMAS, 2024).

No estado do Pará, a complexidade da rede hidrográfica e a vasta extensão territorial impõem desafios significativos à fiscalização ambiental, favorecendo a incidência da pesca ilegal em regiões de difícil acesso. Nesse contexto, a PMPA, por meio do Batalhão de Polícia Ambiental e de unidades operacionais especializadas, exerce papel estratégico no combate à pesca predatória, atuando de forma ostensiva, preventiva e repressiva. As ações desenvolvidas incluem patrulhamento fluvial, abordagens a embarcações, fiscalização de pontos de comercialização, apreensão de equipamentos ilegais e condução dos infratores aos órgãos competentes para responsabilização administrativa e penal (PMPA, 2024; SEGUP, 2025).

A atuação da PMPA ocorre de maneira integrada com órgãos do sistema estadual de meio ambiente e segurança pública, especialmente a SEMAS e a SEGUP. Essa articulação interinstitucional amplia a capacidade de intervenção do Estado em áreas críticas, especialmente durante os períodos de defeso, permitindo ações coordenadas e contínuas de fiscalização ambiental. Como resultado, observa-se o fortalecimento da presença estatal em territórios historicamente vulneráveis à exploração ilegal dos recursos naturais (SEMAS, 2024; AGÊNCIA PARÁ, 2024).

Para além da dimensão repressiva, o enfrentamento à pesca predatória no Pará tem incorporado ações educativas e de conscientização ambiental, desenvolvidas pela PMPA em conjunto com órgãos ambientais e comunidades locais. Essas iniciativas buscam promover o respeito às normas ambientais, estimular práticas de pesca sustentável e reforçar a importância da conservação dos recursos hídricos para o desenvolvimento socioeconômico regional. Dessa forma, a atuação da Polícia Militar do Pará no combate à pesca predatória consolida-se como elemento essencial da governança ambiental, contribuindo para a proteção dos ecossistemas aquáticos e para a promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia (SEMAS, 2023; PMPA, 2025).

O Batalhão de Polícia Ambiental da PMPA como Instrumento da Segurança Pública Ambiental no Pará

O Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) da PMPA constitui-se como uma unidade especializada fundamental na proteção do meio ambiente e da vida em suas múltiplas formas, atuando de maneira contínua há mais de duas décadas no Estado. Criado oficialmente no início dos anos 2000, o BPA consolidou-se como referência na fiscalização ambiental, no resgate e manejo da fauna silvestre, na preservação de áreas protegidas e no enfrentamento aos crimes ambientais na Amazônia paraense (SEGUP 2025).

Integrado ao Comando de Policiamento Especializado (CPE) da PMPA, o BPA desenvolve ações tanto em áreas urbanas quanto em unidades de conservação e regiões de floresta, realizando policiamento terrestre e fluvial. Suas atribuições abrangem o combate ao desmatamento ilegal, à pesca predatória, ao tráfico de animais silvestres, à poluição sonora e à degradação ambiental, além do apoio a operações de grande porte voltadas à repressão de ilícitos ambientais. A unidade também presta suporte a ações interinstitucionais, atuando de forma articulada com órgãos como a SEMAS, o IBAMA, o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-Bio) e a Divisão Especializada em Meio Ambiente e Proteção Animal (DEMAPA) (SEGUP 2025).

A atuação do BPA caracteriza-se pela disponibilidade permanente de efetivo, com guarnições operando em regime de 24 horas, sobretudo na Região Metropolitana de Belém, onde realiza policiamento ambiental em áreas como o Parque Estadual do Utinga Camillo Vianna e o Refúgio de Vida Silvestre de Marituba. No âmbito do resgate de animais, os procedimentos adotados priorizam o bem-estar da fauna, com encaminhamento dos espécimes à SEMAS para avaliação veterinária e posterior reintegração ao habitat natural, quando constatadas condições adequadas de saúde (SEGUP 2025).

Além das ações repressivas, o BPA desempenha papel relevante na educação ambiental, destinando parcela significativa de suas atividades a ações formativas e de conscientização da população, reconhecendo que a prevenção e a mudança de comportamento social são componentes essenciais para a sustentabilidade ambiental. A capacitação contínua de seus integrantes, incluindo formações em manejo de fauna, legislação ambiental e sobrevivência em ambiente de selva, reforça a qualificação técnica necessária para intervenções em áreas de difícil acesso e em contextos de elevada complexidade socioambiental (SEGUP 2025).

Dessa forma, o Batalhão de Polícia Ambiental da PMPA configura-se como um braço estratégico da segurança pública ambiental no Pará, contribuindo não apenas para a repressão imediata de crimes ambientais, mas também para a proteção da biodiversidade, a recuperação de ecossistemas e o fortalecimento da governança ambiental no contexto amazônico.

Estratégias Operacionais da PMPA

A PMPA tem intensificado suas estratégias operacionais no combate aos crimes ambientais na Amazônia, consolidando uma atuação integrada, preventiva e repressiva voltada à proteção dos recursos naturais e da biodiversidade amazônica. Nesse contexto, destaca-se a realização da Operação Amazônia Viva – Fase 60, planejada a partir de reuniões estratégicas entre a PMPA, a SEMAS e demais órgãos

de segurança pública, com o objetivo de alinhar logística, efetivo e ações de campo. Executada nos municípios de Pacajá e Santarém, a operação concentra esforços no enfrentamento ao desmatamento e ao garimpo ilegal, priorizando a fiscalização ambiental, a repressão às queimadas e a responsabilização dos infratores. A atuação conjunta envolve a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Científica e o GRAESP, garantindo maior capilaridade e eficiência às ações, além da produção de relatórios técnicos e registros digitais ao final de cada missão, fortalecendo a transparência e o controle institucional (PMPA 2026).

Paralelamente às grandes operações integradas, a PMPA, por meio do CPA e do BPA, executa ações contínuas de fiscalização ostensiva, como a participação na Operação Protetores dos Biomas, realizada em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Essa operação teve como foco o combate ao transporte ilegal de produtos florestais e outras práticas criminosas contra o meio ambiente, abrangendo rodovias federais e estaduais, bem como diversos municípios do interior do Pará. Os resultados evidenciam a eficácia da estratégia adotada, com centenas de fiscalizações realizadas, dezenas de pessoas detidas, veículos apreendidos e significativo volume de madeira ilegal recolhido, além da lavratura de autos de infração ambiental e do atendimento a denúncias relacionadas a crimes contra a flora e a fauna. Tais ações demonstram o compromisso da PMPA em atuar de forma sistemática e especializada, garantindo a presença do Estado em áreas estratégicas e sensíveis da Amazônia paraense (PMPA).

Complementando as ações repressivas e fiscalizatórias, a PMPA também investe fortemente em estratégias de educação ambiental e aproximação com a comunidade, reconhecendo que a prevenção e a conscientização social são fundamentais no enfrentamento aos crimes ambientais. Nesse sentido, o Projeto “Rondas Ambientais Educativas”, desenvolvido pelo BPA em espaços públicos de grande circulação, como o Parque da Cidade, em Belém, alia policiamento ostensivo a atividades educativas voltadas à sensibilização da população sobre a importância da preservação da fauna e do respeito aos animais silvestres. A iniciativa inclui exposições educativas, orientação direta aos visitantes e interação com crianças, jovens e famílias, promovendo a formação de uma cultura de responsabilidade ambiental. Essa abordagem reforça o papel da Polícia Militar do Pará não apenas como força repressiva, mas também como agente educador e parceiro da sociedade na proteção do meio ambiente, especialmente em um contexto de visibilidade internacional para o estado, marcado pela realização da COP 30, reafirmando o compromisso institucional do Pará com a preservação da Amazônia (PMPA 2026).

Desafios da Polícia Militar Ambiental no Combate aos Crimes Ambientais na Amazônia

O enfrentamento dos crimes ambientais na região amazônica coloca desafios estruturais e operacionais que impactam diretamente a atuação da Polícia Militar Ambiental no Pará. A vastidão territorial do bioma, a diversidade de ilícitos e a presença de organizações criminosas armadas agravam a complexidade das ações de fiscalização, prevenção e repressão, exigindo respostas robustas e integradas.

Um dos principais entraves é a limitação logística decorrente da enorme extensão territorial da Amazônia. Operar em um território maior que muitos países, com grandes trechos de floresta densa e áreas de difícil acesso, demanda veículos, embarcações, aeronaves e tecnologia de comunicação que muitas vezes são insuficientes frente às necessidades de patrulhamento contínuo e à velocidade com que os crimes ambientais avançam. Essa dificuldade de mobilidade e presença estatal efetiva reduz a capacidade de detecção e resposta imediata às ações ilegais, refletindo uma lacuna cronificada na eficácia das operações ambientais. Estudos sobre policiamento ambiental destacam que a infraestrutura limitada e a falta de equipamentos especializados são desafios permanentes para essas unidades policiais no Brasil (Periódico REASE).

O Ministério Público do Pará (MP-PA) recomendou que a Polícia Militar do estado adote medidas para, ao menos, dobrar o efetivo do Comando de Policiamento Ambiental, atualmente composto por cerca de 250 militares para atuação em todo o território paraense, com o objetivo de reforçar a repressão criminal, a prevenção e o combate aos incêndios florestais que têm se intensificado no estado. A recomendação, assinada pelo promotor de Justiça Militar Gilberto Valente Martins, foi expedida no âmbito de procedimento instaurado em 19 de setembro de 2024 para acompanhar e fiscalizar a atuação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros nos incêndios florestais, além de requisitar informações às secretarias estaduais de Meio Ambiente e de Segurança Pública sobre ocorrências, inquéritos e providências adotadas. O Pará figura como o segundo estado com maior número de focos de incêndio no país em 2024, totalizando 35.468 registros entre janeiro e 23 de setembro, segundo o Inpe, e teve 919.473 hectares afetados pelo fogo apenas em agosto, conforme dados do Monitor do Fogo/MapBiomias, ficando atrás apenas do Mato Grosso; diante desse cenário, o governo estadual decretou situação de emergência e emergência climática, proibindo o uso do fogo, enquanto informa que o Corpo de Bombeiros atua com centenas de militares no enfrentamento às queimadas, em um contexto de especial relevância ambiental às vésperas da realização da COP 30, em Belém, em 2025 (cnnbrasil.com.br).

A atuação da PMPA também esbarra em fragilidades na articulação interinstitucional. Muitos crimes ambientais na Amazônia exigem ações coordenadas entre diferentes órgãos — como IBAMA, ICMBio, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público, além de autoridades estaduais — para compartilhar inteligência, planejar operações conjuntas e garantir o respaldo jurídico necessário. Eventos e iniciativas de cooperação têm buscado fortalecer esses vínculos, mas a integração ainda é um desafio permanente, especialmente quando comparada à complexidade e rapidez das atividades criminosas no território amazônico (Serviços e Informações do Brasil).

Por fim, os limites da atuação policial diante da complexidade dos crimes ambientais ressaltam a necessidade de estratégias mais avançadas de investigação, uso de tecnologias como sensoriamento remoto e análise de dados em tempo real, bem como políticas públicas que conectem segurança, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Pesquisas sobre policiamento ambiental no Brasil evidenciam que a capacitação contínua e a modernização tecnológica são caminhos importantes para ampliar a efetividade das ações policiais na proteção dos recursos naturais (Revista FT).

Resultados e Contribuições

A atuação integrada das forças de segurança e dos órgãos ambientais na Amazônia tem se mostrado essencial para enfrentar as complexas dinâmicas de crimes ambientais, que incluem desmatamento ilegal, mineração clandestina, queimadas e tráfico de madeira, atividades frequentemente associadas a redes criminosas e conflitos socioambientais. A promoção de ações conjuntas e coordenadas, fortalece a presença do Estado na região ao articular órgãos federais, estaduais e ambientais para intensificar a fiscalização e reduzir a atuação de grupos ilegais, contribuindo assim para a proteção dos recursos naturais e para a segurança pública (Serviços e Informações do Brasil).

No âmbito estadual, a Polícia Militar do Pará, por meio do Comando de Policiamento Ambiental e unidades especializadas como o BPA, desempenha ações ostensivas e repressivas contínuas contra crimes ambientais em diferentes regiões do estado, incluindo patrulhamento terrestre e fluvial, fiscalização em áreas de desmatamento e apoio a operações integradas, resultando em apreensões de madeira ilegal e resgates de animais, além de ações preventivas e educativas que ampliam a capacidade de resposta do Estado frente às infrações ambientais no bioma amazônico (AGÊNCIA PARÁ, 2024).

Além disso, iniciativas de cooperação e troca de informações entre forças policiais elevam a capacidade investigativa e de repressão a crimes que ultrapassam fronteiras

estaduais e nacionais. Operações multinacionais, como as coordenadas sob a Iniciativa Internacional de Aplicação da Lei para o Clima (I2LEC), demonstram que a atuação conjunta de autoridades brasileiras com parceiros internacionais pode resultar em prisões e apreensões significativas contra redes que exploram ilegalmente recursos naturais e ameaçam comunidades tradicionais (Mongabay News).

Outra dimensão importante da atuação integrada é o emprego de tecnologia para monitorar e responder rapidamente às mudanças ambientais, estratégia apoiada por instituições como a Polícia Federal, que utiliza sistemas de vigilância por satélite e centros de cooperação para identificar e mapear áreas de desmatamento e crimes ambientais com precisão, facilitando ações de fiscalização mais efetivas e em tempo real (Revista Cenarium).

Os resultados mais imediatos dessas ações articuladas incluem a redução de práticas predatórias e a recuperação da autoridade estatal em localidades remotas, criando condições mínimas de segurança e ordem para que órgãos ambientais possam exercer plenamente suas funções de controle e sanção. A presença integrada das forças estatais não apenas coíbe a atuação de criminosos, mas também abre espaço para o desenvolvimento de políticas sustentáveis e alternativas econômicas lícitas, como manejo florestal responsável e turismo ecológico, que beneficiam diretamente as populações locais e promovem um modelo de desenvolvimento alinhado com os objetivos de proteção ambiental (Serviços e Informações do Brasil).

A atuação integrada da PMPA, tem demonstrado impactos concretos na redução de danos ambientais e no fortalecimento da presença estatal em áreas vulneráveis do território paraense. Dados oficiais indicam que o Pará registrou, em 2025, uma redução de 67% nos focos de queimadas em relação ao ano anterior, conforme levantamento do INPE, resultado associado ao reforço das ações de fiscalização, prevenção e repressão a ilícitos ambientais conduzidas de forma integrada pelos órgãos de segurança e ambientais (PARÁ, 2026a). No mesmo sentido, o sistema PRODES/INPE apontou queda de 11,08% no desmatamento da Amazônia Legal no período de agosto de 2024 a julho de 2025, sendo o Pará o estado com a maior redução absoluta de área desmatada, o que evidencia a eficácia da presença ostensiva e contínua do Estado em regiões historicamente marcadas pela atuação de organizações criminosas (BRASIL, 2025; PARÁ, 2026b). Operações integradas, como a Operação Curupira, com participação direta da PMPA, têm contribuído para a interrupção imediata de atividades ilegais, a apreensão de equipamentos utilizados em crimes ambientais e a redução de conflitos territoriais, criando condições mínimas de segurança para a atuação de órgãos ambientais e para o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis, fortalecendo, assim, a governança ambiental e a segurança pública no estado (AGÊNCIA PARÁ, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise apresentada, conclui-se que a PMPA exerce um papel estratégico e indispensável na proteção da Amazônia, especialmente no enfrentamento aos crimes ambientais que ameaçam a integridade dos ecossistemas e a segurança das populações locais. Sua atuação, por meio do policiamento ambiental especializado e de operações integradas, contribui de forma direta para a repressão de atividades ilícitas, para a redução de áreas degradadas e para o fortalecimento da presença do Estado em regiões historicamente marcadas pela vulnerabilidade institucional e pela atuação de organizações criminosas.

Entretanto, os desafios estruturais ainda são significativos, destacando-se as limitações logísticas impostas pela vasta extensão territorial amazônica, a insuficiência de recursos humanos e materiais e os riscos operacionais inerentes às ações em áreas remotas e de difícil acesso. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de fortalecimento institucional da PMPA, com investimentos contínuos na ampliação do efetivo, na capacitação técnica dos policiais e na modernização dos meios operacionais, especialmente no uso de tecnologias de monitoramento, inteligência e georreferenciamento, capazes de potencializar a eficiência das ações preventivas e repressivas.

Adicionalmente, a ampliação e o aprimoramento da cooperação interagências mostram-se fundamentais para o enfrentamento eficaz dos crimes ambientais, cuja complexidade exige atuação articulada entre forças de segurança, órgãos ambientais, instituições de controle e o sistema de justiça. A integração de informações, o planejamento conjunto de operações e o alinhamento de estratégias contribuem para respostas mais rápidas, consistentes e sustentáveis, reduzindo a fragmentação institucional e ampliando o alcance das políticas públicas ambientais.

Por fim, recomenda-se o contínuo aprimoramento das políticas públicas voltadas à segurança pública ambiental, com enfoque preventivo, repressivo e socioambiental, bem como o incentivo ao desenvolvimento de novas pesquisas acadêmicas que aprofundem a compreensão sobre a relação entre segurança, meio ambiente e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Estudos futuros podem subsidiar a formulação de estratégias mais eficazes, orientadas por evidências, capazes de fortalecer a governança ambiental e promover a proteção duradoura do bioma amazônico e das populações que dele dependem.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. Governo do Pará intensifica ações de combate aos crimes ambientais e reduz desmatamento. Belém: Agência Pará, 2024. Disponível em: <https://agenciapara.com.br>. Acesso em: fev. 2026.

AGÊNCIA PARÁ. Polícia Militar atua em ações integradas de combate ao desmatamento no Pará. Belém, 2024. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/42368/policia-militar-atua-em-acoes-integradas-de-combate-ao-desmatamento-no-para>. Acesso em: 12 jan. 2026.

ARAÚJO, André da Silva et al. Segurança pública e sustentabilidade na Amazônia: o papel da Polícia Militar do Pará no enfrentamento aos crimes ambientais com apoio de tecnologias inteligentes rumo à COP 30. Revista Científica de Alto Impacto, Rio de Janeiro, v. 29, ed. 147, 27 jun. 2025. DOI: 10.69849/revistaft/ra10202506271058. Disponível em: <https://revistaft.com.br/seguranca-publica-e-sustentabilidade-na-amazonia-o-papel-da-policia-militar-do-para-no-enfrentamento-aos-crimes-ambientais-com-apoio-de-tecnologias-inteligentes-rumo-a-cop-30/>. Acesso em: 6 fev. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Relatório de fiscalização ambiental e combate à pesca ilegal na Amazônia Legal. Brasília: IBAMA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama>. Acesso em: 6 fev. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Monitoramento ambiental e impactos sobre ecossistemas aquáticos amazônicos. São José dos Campos: INPE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe>. Acesso em: 6 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Em 2025, desmatamento tem redução de 11,08% na Amazônia. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/em-2025-desmatamento-tem-reducao-de-11-08-na-amazonia-e-11-49-no-cerrado>. Acesso em: 22 jan. 2026.

BRASIL. Ministério Público. MP recomenda dobrar efetivo de policiamento ambiental no Pará. CNN Brasil, 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mp-recomenda-dobrar-efetivo-de-policiamento-ambiental-no-para/>. Acesso em: 18 jan. 2026.

BRASIL. Polícia Federal. PF integra agendas que discutem o combate a crimes ambientais. Brasília, 11 nov. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/11/pf-integra-agendas-que-discutem-o-combate-a-crimes-ambientais>. Acesso em: 28 jan. 2026.

MAPBIOMAS. Mapeamento anual da cobertura e uso da terra no Brasil – Coleção Amazônia.

São Paulo: MapBiomias, 2024. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 6 fev. 2026.

NASCIMENTO, I. Pará tem maior redução de desmatamento da Amazônia Legal em 2025. Agência Pará, Belém, 2 nov. 2025. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/72132/para-tem-maior-reducao-de-desmatamento-da-amazonia-legal-em-2025>. Acesso em: 30 jan. 2026.

PARÁ. Polícia Militar do Pará (PMPA). Plano estratégico de policiamento ambiental. Belém: PMPA, 2025.

PARÁ. Polícia Militar do Pará (PMPA). Relatório anual de atividades do Batalhão de Polícia Ambiental. Belém: PMPA, 2024.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Operações de combate a crimes ambientais garantem redução do desmatamento no Pará. Belém, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2024/12/04/operacoes-de-combate-a-crimes-ambientais-garantem-reducao-do-desmatamento-no-para/>. Acesso em: 9 jan. 2026.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Operação São Benedito combate garimpo ilegal e desmonta estrutura criminoso no sudoeste do Pará. Belém, 24 jun. 2025. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2025/06/24/operacao-sao-benedito-combate-garimpo-ilegal-e-desmonta-estrutura-criminosa-no-sudoeste-do-para/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Pará reduz em 67% os focos de queimadas em 2025, segundo dados do INPE. Belém, 2026a. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2026/01/12/para-reduz-em-67-os-focos-de-queimadas-em-2025-segundo-dados-do-inpe/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Pará fecha 2025 com queda histórica no desmatamento e ênfase na bioeconomia. Belém, 2026b. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2026/01/05/para-fecha-2025-com-queda-historica-no-desmatamento-e-enfase-na-bioeconomia/>. Acesso em: 5 jan. 2026.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Política estadual de pesca sustentável e fiscalização ambiental. Belém: SEMAS, 2023. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br>. Acesso em: 6 fev. 2026.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Relatório de ações integradas de combate à pesca predatória no Pará. Belém: SEMAS, 2024.

PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Batalhão de Polícia Ambiental atua há 20 anos na proteção da vida “em todas as formas”. Belém, 2 ago. 2025. Disponível em: <https://segup.pa.gov.br/noticias/batalh%C3%A3o-de-pol%C3%ADcia-ambiental-atua-h%C3%A1-20-anos-na-prote%C3%A7%C3%A3o-da-vida-em-todas-formas>. Acesso em: 25 jan. 2026.

PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Boletim estatístico de operações ambientais integradas. Belém: SEGUP, 2025. Disponível em: <https://www.segup.pa.gov.br>. Acesso em: 6 fev. 2026.

POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL NO BRASIL. Atuação, desafios e perspectivas na proteção do meio ambiente. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/21527>. Acesso em: 14 jan. 2026.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ. BPA participa da Operação Protetores dos Biomas para reforçar o policiamento e combater crimes ambientais. Belém, 2024. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2026.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ. Operação Amazônia Viva: forças de segurança pública desarticulam acampamento ilegal de extração vegetal. Belém, 12 set. 2025. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80-blog/news/8936-operacao-amazonia-viva-forcas-de-seguranca-publica-desarticulam-acampamento-ilegal-de-extracao-vegetal.html>. Acesso em: 31 jan. 2026.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ. Polícia Militar alinha estratégias para a Operação Amazônia Viva – Fase 60. Belém, 2 out. 2025. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80-blog/news/8986-policia-militar-alinha-estrategias-para-a-operacao-amazonia-viva-fase-60.html>. Acesso em: 6 fev. 2026.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ. PMPA realiza o projeto Rondas Ambientais Educativas no Parque da Cidade. Belém, 2025. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2026.

UAE-LEADING OPERATION TARGETS AMAZON CRIME NETWORK. AP News, [S.l.], 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/amazon-uae-environmental-crime-operation-arrests-8361b6e0570a00ac14b40aab62937efc>. Acesso em: 27 jan. 2026.